

Notas sobre Tocqueville: conservadorismo e método

Notes on Tocqueville: conservatism and method

Felipe Gava Cardoso¹

Resumo: O presente artigo versa sobre o pensamento político de Alexis de Tocqueville, especificamente sobre dois temas: seu viés liberal de tendência conservadora, marcante em suas análises de processos sócio-históricos; e o debate acerca da “metodologia” tocquevilliana. Buscaremos responder as seguintes questões: quais os elementos conservadores presentes em sua obra? O que há de novo em sua perspectiva teórica? Há uma metodologia conscientemente estruturada em ação? Para tanto, usaremos como fonte de pesquisa suas duas principais obras, a saber, *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a revolução*. Além disso, buscamos amparo em comentadores como Zevedei Barbu, Raymond Aron, Luís de Gusmão e Jon Elster.

Palavras-chave: Tocqueville, Alexis de; metodologia; conservadorismo; teoria política; história das ideias.

Abstract: This article deals with the political thought of Alexis de Tocqueville, specifically on two themes: his liberal framework of conservative bias, which marks his analysis of socio-historical processes; and the debate about the so-called Tocquevillian "methodology". We seek to answer the following questions: what are the conservative elements in his works? What's new in his theoretical perspective? Is there a consciously structured methodology in action? Therefore, we use as a source of research his two major works, namely *Democracy in America* and *The Old Regime and the Revolution*. In addition, we seek support in commentators as Zevedei Barbu, Raymond Aron, Luis Guzman and Jon Elster.

Keywords: Tocqueville, Alexis; methodology; conservatism; political theory; history of ideas.

¹ Estudante de doutorado do Departamento de Ciência Política da UFSCar desde 2014, sob a orientação do prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro, com bolsa CAPES-CNPq.

1. Introdução

Encontramos em Tocqueville uma intersecção de qualidades. Sua elegância expressiva, a atenção a detalhes que passariam despercebidos por contemporâneos de menor gênio, a qualidade retórica, a exposição vertiginosa dos processos históricos em seus mais diversos níveis e, ainda que sem um método definido, sua capacidade de antevisão dos fatos, tudo isso garante ao pensador francês um estatuto privilegiado para o estudo do pensamento político moderno. No redemoinho de eventos cruciais para a formação do mundo contemporâneo, como o ineditismo da experiência norte-americana de 1776 e a radicalidade da Revolução Francesa, Tocqueville nos oferece um olhar arguto que supera a mera exposição dos eventos.

Levando em consideração a perenidade do autor, somos levados a pensar em seu legado. Entre as muitas possibilidades de aproximação de seu pensamento, dois eixos temáticos despertaram nossa atenção. São eles:

1. A busca do “método” em Tocqueville. Neste caso, nosso objetivo será encontrar momentos em que o autor revela seu método de investigação, algo difícil em se tratando de uma obra tão opaca em termos de metodologia. O interlocutor principal será Elster e sua tese do *método implícito* em Tocqueville. A intenção é apurar não apenas se há uma metodologia subjacente no autor, mas também se é essa suposta metodologia que amplia sua capacidade de visão do tecido sociopolítico.
2. Análise do conservadorismo em Tocqueville. Voltaremos nossas atenções para as passagens mais contundentes de *O Antigo Regime e a revolução* e *A democracia na América*, em especial sua preocupação com a *tiranía da maioria* e o apelo à *moderação*. O interlocutor principal será Hirschman e a sua tese da *retórica da reação*. Procuraremos conceituar o que é o conservadorismo, a sua diferença com o reacionarismo e avaliar em que medida as teses de Hirschman são suficientes para a caracterização do pensamento de Tocqueville.

Dadas as limitações do presente artigo, mais do que conclusões, pretendemos chegar a algumas hipóteses a respeito dos dois eixos.

Antes, apenas algumas ressalvas metodológicas. O estudo sistemático em pensamento social requer certas precauções com relação aos usos das fontes. É imprudente tomarmos os argumentos pelo seu valor de face, sendo necessário realizar um amplo trabalho de investigação que abrange o estudo biográfico, o trânsito do autor no campo intelectual, seus interlocutores da época e a ampla cadeia de influências contextuais (segundo Quentin Skinner, o analista deve abordar as três dimensões de análise do pensamento social de um autor: *texto*, *intertexto* e *contexto*). Contudo, para os propósitos deste artigo, ficaremos restritos aos textos de Tocqueville.

2. Sobre o método

a) O Antigo Regime e a revolução

Começamos pela problemática do método em Tocqueville. Trata-se de um tópico bastante difícil, posto que é escasso o número de passagens em que o autor aborda abertamente seu modo de trabalho e seus princípios epistemológicos. Talvez por razões contextuais (não era tão comum a exposição intensiva do método em trabalhos históricos e políticos naquele tempo) ou por razões pessoais, Tocqueville parece recusar-se a desenvolver uma teoria sem um objeto definido.

Na apresentação do livro *O Antigo Regime e a revolução*, Zevedei Barbu afirma que Tocqueville, “(...) como historiador, tem muito de sociólogo; como cientista político, muito de filósofo e moralista”. É um autor a um só tempo “inclassificável” e “fundador da Sociologia Política” (Tocqueville, 1997, p. 12). Constata-se sua relevância como um dos precursores da Ciência Política enquanto disciplina especializada, mas a metodologia permanece em sua opacidade.

No prefácio do livro supracitado, Tocqueville nos oferece raras reflexões sobre os objetivos da obra e sua maneira de construir a argumentação. Não nega que haja uma proposta política em sua obra: o objetivo seria “mostrar aos homens como escapar à tirania, eis a ideia de ambos os meus livros” (Tocqueville, 1997, p. 15). Ao anunciar abertamente seu viés político, o que poderia ser empecilho para uma visão mais objetiva dos processos sociopolíticos, Tocqueville estabelece uma espécie de autocontenção: o reconhecimento da parcialidade inibiria as explicações militantes e reforçaria a necessidade de embasamento em fontes as

mais amplas possíveis. De fato, apesar da caracterização de Tocqueville como conservador moderado, comprovável em várias passagens tanto de *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a revolução*, a filiação política parece interferir pouco na capacidade de observar o objeto de estudo em toda a sua complexidade.

É importante diferenciar o modo de trabalho da metodologia. O primeiro alude aos procedimentos técnicos de apreensão: quais são as fontes privilegiadas, o levantamento bibliográfico abrangente, a observação atenta às posições dos agentes nos mais diversos cenários políticos, enfim, quais as ferramentas de trabalho, o *modus operandi* do historiador. Já o segundo se refere a premissas mais densas, a pressupostos epistemológicos que, no limite, esbarram em preferências do autor. Sobre o modo de trabalho, vejamos a posição de Tocqueville:

Propus-me a penetrar no cerne deste antigo regime, ainda tão próximo em anos, embora oculto pela Revolução. Para consegui-lo, não me contentei em reler os livros célebres que o século dezoito produziu; também quis estudar muitas obras menos conhecidas e que aliás menos merecem sê-lo, mas que por serem redigidas com pouca arte, talvez melhor ainda revelam os verdadeiros instintos da época. Fiz questão de conhecer bem os atos públicos pelos quais os franceses puderam, com a aproximação da Revolução, mostrar suas opiniões e gostos. Os autos das Assembleias de Estado e, mais tarde, das Assembleias provinciais forneceram-me muitas luzes sobre este ponto (Tocqueville, 1997, p. 43).

Aos olhos da ciência do século XXI, esta passagem poderia soar trivial, pois tais procedimentos se universalizaram na prática acadêmica. Tocqueville apela simplesmente à seriedade e ao trabalho sistemático do historiador, procurando, no maior volume de fontes possível, as diferentes perspectivas e informações que possam iluminar o andamento dos fatos históricos. O exercício metódico do ofício de historiador (posição em que Tocqueville se encontra ao redigir *O Antigo Regime e a revolução*), fundado no rigor e no trabalho cumulativo, é o centro de sua busca em “mostrar quais os acontecimentos, os erros, as falsas esperanças” que movem os agentes durante a Revolução Francesa (Tocqueville, 1997, p. 45). São procedimentos baseados no reforço da empiria: antes de impor princípios ideológicos sobre o material bruto da História, deve-se seguir o caminho contrário.

As evidências devem alimentar, se assim for o caso, as referências teóricas; se não, que se coloque em xeque as abstrações.

Isso não significa que Tocqueville acredite na neutralidade do pesquisador, nem que a empiria seja suficiente para o entendimento dos processos histórico-sociais. O autor reconhece nas “paixões” uma motivação para a realização do projeto, sem abandonar o desejo de atingir um grau elevado de objetividade:

Espero ter escrito o presente livro sem preconceitos, mas não pretendo tê-lo escrito sem paixão. (...) Não quis ver unicamente o mal que matou o doente: quis ver também como este poderia ter-se salvado. (...) Minha finalidade era a de pintar um quadro estritamente exato e, ao mesmo tempo, instrutivo (Tocqueville, 1997, p. 45).

Percebe-se uma antecipação de fundamentos de análise caros ao pensamento weberiano: a necessidade de afastar a militância do fazer científico, relegando à escolha do objeto os interesses e preferências do sujeito cognoscente; as múltiplas possibilidades de rumo histórico, distanciando-se de um determinismo que não reconhece caminhos alternativos ao que transcorreu; a intenção objetiva aliada ao intento de elucidação interpretativa, cujos resultados transcendem a empiria e que fazem uso da racionalidade e do repertório do pesquisador. Barbu afirma, na introdução, que “o método do ‘tipo ideal’ constitui o cerne da obra de Tocqueville...” (Tocqueville, 1997, p. 22). Apesar de submersos no texto, estes são princípios científicos de Tocqueville, não burilados a ponto de serem passíveis de sistematização.

A analogia com a medicina na citação anterior, mais do que mero recurso retórico, pode ser vista como um reconhecimento da estrutura orgânica do processo social, que imiscui influências as mais variadas em atuação simultânea. As esferas da vida social se inter-relacionam, e não parece possível identificar estruturas de causalidade restritas à esfera política. Abrem-se as portas para o que Weber chama de “paradoxo das consequências” e reconhece-se, portanto, a complexidade da investigação das ciências humanas. Mas não convém exagerar no interpretativismo: trata-se de uma metáfora, e não de um posicionamento organicista.

Mesmo que diga que “a história é uma coleção de quadros com poucos originais e muitas cópias” (Tocqueville, 1997. p. 23-4), o que poderia levar a pensar que a construção de modelos prévios seja suficiente, nada substitui a análise específica. O fato de não ter escrito textos “metodológicos” já é, *per se*, um indicativo do ceticismo de Tocqueville quanto à teoria pura. A transferência de padrões presentes em formações sociais diversas deve ser vista com cautela, já que a densidade das redes de interferência na política é de difícil apreensão. A passagem a seguir ilustra esta “polifonia” inerente à realidade social:

(...) o processo histórico é uma polifonia tensamente estruturada, em que as intenções não levam necessariamente aos fins esperados, e as ideias não expressam obrigatoriamente o que parecem expressar; a história, como uma obra de arte, apresenta um forte potencial polissêmico. (Tocqueville, 1997, p. 25)

“A história, como uma obra de arte”. A analogia nos leva a crer que os fatos históricos são naturalmente dotados de opacidade, e precisam da perspicácia do investigador para se iluminarem. Não há bússola para a navegação no oceano intempestivo da História: o conjunto de signos emitidos pelos eventos precisa dialogar com um sujeito à altura de sua interpretação.

A abertura da História a contingências também é um componente relevante na avaliação de Tocqueville sobre a revolução. O autor reconhece, acertadamente, que a capacidade de avaliação e de atuação prática dos agentes contou para que o regime entrasse em processo de declínio. As lideranças das classes ameaçadas foram incapazes de prever a dinâmica da luta política e a espiral de radicalização que se seguiria. É isso que Tocqueville chama de “singular inexperiência” da nobreza e da burguesia em conter a explosão popular (Tocqueville, 1997, p. 146).

A qualidade das análises de Tocqueville é enaltecida por inúmeros autores. Resta saber quais as possibilidades de *universalização* de regras históricas, de padrões, de modelos a serem seguidos pela História em tempo e espaço distintos. Existiria uma teoria propriamente tocquevilliana?

b) Aron, Elster e Gusmão: a busca do método em Tocqueville

Selecionamos três autores para comentar brevemente a procura pelo método implícito em Tocqueville: Raymond Aron, em *As etapas do pensamento sociológico*; Jon Elster, em *Tocqueville, o primeiro cientista social*; e o brasileiro Luiz de Gusmão, em *O fetichismo do conceito*. São tentativas discrepantes: em Aron, o intuito é construir um painel mais geral sobre o autor, resvalando em questões de método; em Elster, encontramos uma tentativa de sistematizar um modelo mais robusto e concreto; e, por último, em Gusmão, que não pretende abordar Tocqueville em específico, mas que nos oferece reflexões preciosas sobre as obsessões metodológicas no ofício acadêmico especializado das últimas décadas.

Aron demonstra certa restrição quanto à existência de um método rigidamente estabelecido em Tocqueville. Afirma que o pensador francês “(...) usa a linguagem de todos, faz-se compreender sem dificuldade, está mais interessado em dar forma literária à ideia do que em multiplicar conceitos e discriminar critérios” (Aron, 2000, p. 211).

De fato, a elegância do texto de Tocqueville é digna de ser notada, muitas vezes em prejuízo de clareza factual. Não raro nos vemos perdidos em suas reflexões, com dificuldade de reconstruir a totalidade da argumentação. Qualquer um que procure resumir as teses centrais dos livros de Tocqueville perceberá que se trata de uma tarefa árdua: a prosa labiríntica, construída em espiral, que se propõe a apresentar tendências decisivas em paralelo com detalhes aparentemente desimportantes são uma marca de *O Antigo Regime e a revolução* e de *A democracia na América*.

Aron vê nessas obras uma “(...) rejeição de sínteses amplas, que pretendem prever o curso da história” e defende que o autor “não acredita que a história passada tenha sido determinada por leis inexoráveis e que os acontecimentos futuros estejam predeterminados” (Aron, 2000, p. 236). Prevalece, portanto, a noção de imprevisibilidade histórica: apenas a análise específica de uma realidade social é capaz de dar conta das inflexões da política. A empiria é insubstituível.

Contudo, não há prejuízo ao rigor nem entrega à espontaneidade. O norte é dado pelo conjunto de questões do qual o autor parte para investigar seu objeto de estudo. Estas questões são assim resumidas por Aron:

O problema de Tocqueville pode, pois, ser resumido assim: em que condições uma sociedade em que o destino dos indivíduos tende a ser uniforme pode evitar o despotismo? Ou ainda: como compatibilizar a igualdade e a liberdade (Aron, 2000, p. 205)

Tendo em vista as proposições de Tocqueville em *O Antigo Regime e a revolução*, notamos nestas questões o coração do que o autor chama de “paixões”: prevalece a preocupação de tendência liberal com a estabilidade democrática, com os mecanismos de controle do poder, as relações tensas entre liberdade e igualdade. É neste momento que se observa o rompimento com a neutralidade. As preferências norteiam o olhar do pesquisador na teia infinita de fatos e tendências, e o ajudam a selecionar e hierarquizar o que é importante e o que é secundário. A escolha do objeto e o que será buscado em seu estudo é carregado de conteúdo político: a partir desta base, cessam-se as paixões e começa a reflexão objetiva, pelo menos o mais objetivo possível.

Um recurso comum na ciência política do século XX também tem em Tocqueville seu precursor: a comparação de formações sociais. Em *O Antigo Regime e a revolução*, Tocqueville sempre tem em mente a experiência inglesa, que conseguiu estabelecer normas democráticas e estáveis sem necessitar de uma ruptura sangrenta como o modo francês, preservando, além do mais, valores e instituições aristocráticas, com as quais Tocqueville simpatiza. É isso o que Aron afirma na passagem a seguir: Tocqueville é o sociólogo comparativista por excelência; procura identificar o que é importante, confrontando espécies de sociedade pertencentes a um mesmo gênero ou a um mesmo tipo (Aron, 2000, p. 202)

Assim, Aron não oferece respostas contundentes sobre Tocqueville. Reconhece nele a genialidade do analista capaz de compreender os processos políticos de seu tempo, aproxima-o de Montesquieu quando indica sua preocupação com os mecanismos de equilíbrio de poder, mas não crê que seja possível ir além na “metodologia” do autor.

Uma postura diferente é encontrada em Elster. Reconhecendo no político francês o pioneirismo na análise social moderna, o autor defende que há uma

estrutura metodológica presente no subtexto das obras de Tocqueville, e seu esforço é o de revelar e aprimorar essa estrutura. Para ele, a herança de Tocqueville é o refinamento dos mecanismos de causalidade. Decifrar o modo de uso destas ferramentas ofereceria à Ciência Política contemporânea, segundo Elster, ferramentas sólidas para o entendimento da instância política. Para além da causalidade dura, Tocqueville anteciparia o próprio conceito de “mecanismo” formulado por Elster, que daria conta de microcausas e macrocausas, com diferentes dimensões, forças, efeitos, intensidades e durabilidades (Elster, 2009, Prefácio, p. 2).

Esta hipótese não impede Elster de ser um crítico das carências de Tocqueville. Segundo o autor, a obra de Tocqueville possui uma “estrutura incoerente”, carregada de “ambiguidade”, “linguagem vaga” e “tendência a especulações e contradições” (Elster, 2009, Introdução, p. 6), chegando a ser “tão vago a ponto de não poder estar errado”. Talvez a crítica mais significativa (e destoante com o que foi dito até então) é que Tocqueville teria “tendências especulativas”, “análises esquivas” e beira à “pseudociência”, esmerando-se na aplicação de “ideias e modelos em detrimento da empiria” (Elster, 2009, Introdução, pp. 08-12). A obra de Elster carece, porém de demonstrações textuais destas falhas.

Todavia, Elster não inclui Tocqueville nas tendências prejudiciais à ciência dominantes no século XIX, a saber: o holismo (a negação do individualismo metodológico, presente em Durkheim, Marx e Hegel), o organicismo (a visão da sociedade como um organismo orquestrado em conjunto, com tendências à autorregulação e à estabilidade), o funcionalismo (explicação pelo efeito positivo para alguma coisa ou para alguém em detrimento das causas) e a teleologia (teorias nas quais a História aparece como dotada de sentido e duração). Tocqueville escapa destas tendências e, apesar dos erros, forneceria um quadro capaz de servir de exemplo para a prática científica, contribuindo para romper com o problema da formação das preferências, verdadeiro “enigma” das ciências sociais (Elster, 2009, Introdução, pp. 15-19).

As ideias que Elster seleciona de Tocqueville são: a capacidade de identificar *formação de preferências e de crenças*; o *auto-interesse* como cerne da

preocupação dos agentes sociais (recurso que se popularizaria através da *rational choice*); a inauguração do *individualismo metodológico*; a *intersecção de desejos, oportunidades, instituições e comportamentos*, que se sedimentam nos contextos políticos moldando práticas coletivas. Em resumo: há, em Tocqueville, ainda que de modo embrionário, um *modelo de causalidade social*, (ELSTER, 2009, Conclusão, p. 26). Na imagem abaixo, vemos uma tentativa de Elster de esquematizar esse processo de múltiplas determinações:



Segundo Elster, portanto, os cenários e contextos se reconstroem o tempo todo, tendo por base um sistema complexo e indeterminado de ações, intenções, práticas, oportunidades e instituições, todas expostas aos efeitos da passagem do tempo (inclusive do tempo subjetivo). Há efeitos de curto e de longo prazos, e o pesquisador deve considerar as “falhas cognitivas” e a “motivação” das atitudes, constantemente presentes nos conceitos de “efeito de compensação” e de “efeito de transbordamento” (formas de manifestação de influências externas à política na prática coletiva).

Esta tentativa de Elster de desvendar uma estrutura metodológica em Tocqueville é criticada, ainda que de modo marginal, no livro *O fetichismo do conceito*, de Luís de Gusmão. Nesta obra, o autor desenvolve uma crítica aos esquematismos teóricos presentes nas ciências sociais, que secundarizam a empiria e o estudo específico de situações em nome de princípios teóricos já estabelecidos. A ortodoxia, portanto, prescinde da realidade, pois as explicações para os eventos histórico-sociais já estão pré-definidas pelos princípios

doutrinários. São alvos de crítica, entre outros, Bourdieu, Habermas e E.P. Thompson.

Entre os autores que sobrevivem à crítica de Gusmão está Tocqueville. O brasileiro dedica algumas páginas à defesa de seu legado, mas recusa a tentativa de Elster de extração de um modelo metodológico, ao afirmar que “*O Antigo Regime e a revolução* consiste numa obra essencialmente conteudística e ateórica”. (Gusmão, 2012, p. 122). Vejamos algumas passagens:

O leitor buscaria ali conceitos e generalizações ausentes no universo intelectual do homem comum instruído, contemporâneo desses autores; em vão o leitor buscaria ali qualquer teoria social, expressa num jargão técnico mais ou menos esotérico, que tivesse resultado de uma ruptura epistemológica com o conhecimento de senso comum. (Gusmão, 2012, p. 41)

(...) não há em Tocqueville nada que se assemelhe, minimamente, a uma história teórica na qual o curso dos acontecimentos possua direção, etapas e mecanismos trans-históricos propulsores. (...) a abordagem de Tocqueville permanece aberta ao contingente, ao acidental, excluindo qualquer determinismo teoricamente embasado. Prova disso: para ele, outro teria sido o curso da história se no trono francês estivesse alguém mais capaz, mais atento às exigências do presente. Nesse caso, um indivíduo, apenas um indivíduo poderia fazer toda a diferença (Gusmão, 2012, p. 91).

Fica nítido a diferença de leituras entre Gusmão e Elster. Um argumento que os divide é o “paradoxo de Tocqueville”: a conhecida tese de que as convulsões sociais tendem a ocorrer em momentos de melhorias no nível social geral. A revolta contra as instituições medievais, tema que aparece em *O Antigo Regime e a revolução*, ocorre no país onde elas são mais leves (em comparação com a Prússia, por exemplo): um grau maior de liberdade de ação, o abrandamento da repressão e do autoritarismo criam espaço para manifestações mais ambiciosas e radicalizadas, posto que há tempo maior para a reflexão e para o investimento de tempo necessário para a configuração de levantes sociais. O regime duro inviabiliza a circulação de críticas, dificultando os processos revolucionários (Tocqueville, 1997, p. 71).

Se em Elster é possível a generalização deste fenômeno a outras realidades sociopolíticas, em Gusmão vemos um destaque das contingências, ou seja: Tocqueville foi perspicaz em notar como a Revolução Francesa eclodiu, mas isso não quer dizer que *todas* as revoluções, em contextos diversos, eclodirão da mesma forma. A passagem abaixo é direcionada a Elster:

A generalização de Tocqueville em questão possui, na realidade, um alcance modesto, limitado, na explicação causal das experiências revolucionárias reais, não constituindo nada, mas nada mesmo, que se assemelhe a um invariante trans-histórico dessas experiências (Gusmão, 2012, p. 117).

Conclui-se que, para Gusmão, o liberalismo e o conservadorismo de Tocqueville não determinam o resultado da análise em *A democracia na América* e em *O Antigo Regime e a revolução*. Os princípios teóricos animam certas interrogações, mas é o objeto de estudo específico que detém o primado, impondo suas próprias demandas.

O balanço prévio desta modesta bibliografia sobre Tocqueville pode ser resumido da seguinte maneira: é possível aproximar Aron e Gusmão como defensores de um Tocqueville menos “metodológico”, mais apegado às especificidades e contingências, sendo que em Gusmão esta tendência é mais forte, e em Aron predomina o comparativismo e o reconhecimento da fluidez estilística; já Elster destoa dos demais: vê em Tocqueville um modelo, ainda rudimentar, para a Ciência Política contemporânea.

3. Sobre o conservadorismo

a) Conservadorismo e reacionarismo: definições

Sem uma definição minimamente precisa do significado de *conservadorismo*, qualquer tentativa de caracterização da visão política de Tocqueville como tal torna-se infrutífera. O termo ganhou um tom mais acusatório do que propriamente uma forma de identidade política, e há tempos se tornou uma palavra “guarda-chuva” que abriga tendências distintas em situações e épocas distintas. Por isso, é preciso buscar um denominador comum sobre as linhas mestras desta posição para podermos passar aos textos de Tocqueville.

Michael Oakeshott se tornou uma referência no mundo anglo-saxão quando se trata do tema. No artigo *On being conservative*, afirma que o conservadorismo é menos uma “teoria” com estrutura bem definida do que uma “disposição”, uma “propensão” ou sentimento de “familiaridade” a valores e instituições (Oakeshott, 1991, p. 168). Nesse sentido, se aproximaria da visão de Samuel Huntington, na qual o conservadorismo não é entendido como uma teoria inerentemente vinculada a defesa de instituições dadas, mas como uma ideologia posicional, ou seja, referente aos debates políticos de seu tempo (Huntington 1957, p. 455). Curiosamente, o conservadorismo seria, segundo estes autores, adaptável às circunstâncias. Essa maleabilidade é bem descrita por Muller:

(...) conservadores defenderam realezas, monarquias constitucionais, aristocracia, democracia representativa e ditadura presidencialista; altos impostos e livre comércio; nacionalismo e internacionalismo; centralização e federalismo; neoliberalismo e *welfare state*. Defenderam religiões e o laicismo. Existem, sem dúvida, conservadores hoje em dia que não imaginam que conservadores do passado poderiam defender instituições muito distintas das que eles admiram hoje. (Muller 1997, p. 3)

Apesar desta maleabilidade, alguns princípios gerais se consagraram como pilares do conservadorismo. Portanto, o campo do conservadorismo moderno apresenta ideias recorrentes, ainda que percorra um amplo leque de posições políticas e ambivalências:

1. Ceticismo em relação à eficiência de constituições escritas em detrimento de costumes e hábitos; 2. Papel dominante das práticas culturais e morais como mecanismos de freio às paixões humanas; 3. Ceticismo em relação a projetos de liberação dos indivíduos das autoridades socioculturais; 4. Ênfase na família como instituição de socialização (...); 5. A legitimidade da desigualdade e da necessidade de elites culturais, políticas e econômicas; 6. Proteção da propriedade privada como função principal da ordem política; 7. Importância do Estado como garantidor da propriedade e da imposição da lei, ou seja, a necessidade de manutenção da autoridade política. (Muller, 1997, p. 18)

Oakeshott vai além ao afirmar que “ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, o riso presente à felicidade utópica” (Oakeshott, *apud* Coutinho, 2014, p. 22). Basicamente, a mensagem é que o conservadorismo tem como valor primordial a cautela política, a restrição a alçar voos em projetos utópicos, uma confiança nas vantagens do já existente (o que não impede de reconhecer as injustiças) em detrimento do imaginativo. Contudo, “(...) não é de todo inconsistente ser conservador em relação ao Estado e radical em relação a quase todas as outras atividades” (Oakeshott, 1991, p. 196). Esta afirmação é de grande relevância, pois abre o campo conservador para as mudanças comportamentais e mantém a restrição aos perigos das tiranias que têm no Estado seu instrumento por excelência, já que a política não é a instância adequada para a “busca da verdade e da perfeição” (Oakeshott, 2012, p. 10), e “a conjunção de sonhos e poder político gera tirania” (Oakeshott, 2012, p. 12). Isto fica claro na passagem a seguir:

(...) o que torna a disposição conservadora inteligível em política nada tem a ver com leis naturais ou ordem divina, com moral e religião; é a observação do nosso modo corrente de se viver combinado à crença de que o ato de governar deve ser uma atividade limitada e específica, cuja função é prover e garantir a efetividade de leis gerais de conduta, entendidas não como planos de imposição substantiva, mas como instrumentos que permitem a livre escolha das atividades com o mínimo de constrangimentos (...). (Oakeshott, 2012, p. 8)

As restrições de Oakeshott com relação às “leis naturais ou ordem divina” é central para diferenciarmos *conservadorismo* de *reacionarismo*. A “caricatura habitual” do conservador (Coutinho, 2014, p. 24) mistura ambas as identidades políticas num único bloco, o que prejudica a elucidação de princípios radicalmente diferentes. Huntington propõe uma descrição do perfil reacionário que contrasta claramente com a definição de conservadorismo em Oakeshott:

O passado é romantizado e, no fim, o reacionário acaba por defender o regresso a uma Idade de Ouro idealizada que nunca de

fato existiu. Ele torna-se indistinguível de outros radicais, e normalmente exibe todas as características singulares da psicologia radical. (Huntington *apud* Coutinho, 2014, p. 25)

Portanto, se o conservadorismo é uma disposição, o reacionarismo é mais propositivo: possui uma pauta mais característica, não se modula de acordo com cenários: volta-se para o passado, o que não ocorre, necessariamente, com o conservadorismo. Além disso, se o conservadorismo é *defensivo*, já que se propõe a ser cauteloso, o reacionarismo carrega um forte componente *ofensivo*, pois não deixa de ser uma forma de utopia: uma tentativa de alterar profundamente a realidade baseando-se em valores calcados no passado e nas tradições.

A partir desta distinção, podemos buscar com mais clareza qual é o posicionamento político de Tocqueville em suas duas obras centrais e dialogar com Hirschman e seu livro, *The Rethoric of reaction*.

b) Conservadorismo em Tocqueville: a tirania da maioria

Dos pontos básicos do conservadorismo elencados por Muller, pode-se afirmar que Tocqueville comunga com pelo menos quatro deles: o ponto 2 (papel dominante das práticas culturais e morais como mecanismos de freio às paixões humanas); ponto 3 (ceticismo em relação a projetos de liberação dos indivíduos das autoridades socioculturais); ponto 5 (legitimidade da desigualdade e da necessidade de elite culturais, políticas e econômicas) e 6 (proteção da propriedade privada como função principal da ordem política). Vejamos como eles aparecem em seus textos.

Zevedei Barbu resume a posição de Tocqueville sobre o Antigo Regime e a Revolução Francesa:

O *Ancien Regime* era fortemente centralizado; a Revolução centraliza ainda mais a administração. O *Ancien Regime* destruiu grande parte do feudalismo; a Revolução destruiu o resto. O *Ancien Regime* era definitivamente contra a liberdade; a Revolução era a favor dela, porém destruiu suas possibilidades num de seus primeiros estágios. O objetivo central da Revolução era a igualdade; esse era, também, o objetivo a longo prazo do *Ancien Regime*. (Tocqueville, 1997, p. 14)

Percebe-se o que Tocqueville chamou de “caráter tão singularmente anárquico” da revolução (Tocqueville, 1997, p. 54) e a *reversão* das intenções revolucionárias em uma realidade ainda mais sangrenta do que aquela que pretendia combater. Eis um elemento notoriamente conservador: *de boas intenções o inferno está cheio*. A tentativa de revirar as bases do sistema precisa de meios radicais como método e desencadeia uma escalada da violência em que o céu é o limite: enquanto não se atingir as metas que se tinham no horizonte, a violência será respaldada.

Para tanto, a mobilização das massas se faz necessário. E a Revolução, ainda que em nome da razão, utiliza-se de sentimentos ancestrais de espírito de grupo para conseguir isso. Ou seja: para a “regeneração do gênero humano”, o espírito jacobino lança à mão o que Tocqueville chama de uma “espécie de nova religião” (Tocqueville, 1997, p. 60).

Tocqueville percebe que há uma propensão dos revolucionários ao uso do Estado e da violência como ferramentas para “moldar o espírito dos cidadãos”, criando assim uma “forma particular de tirania”, em que qualquer bloqueio institucional é visto como um obstáculo artificial aos avanços do projeto de Engenharia Social, de conformação da sociedade francesa aos ideais que animam o processo político em jogo. Chega-se ao que o autor francês chama de “despotismo democrático”, talvez o tema mais característico de seu pensamento político (Tocqueville, 1997, p. 157).

Mas o processo não se dá espontaneamente. Há uma concepção de mundo gestada em círculos intelectuais que toma posse das massas, ganhando concretude na ação política. Eis dois elementos que *O Antigo Regime e a revolução* destaca: o descolamento das teorias revolucionárias da realidade dos costumes e hábitos; certa divisão do trabalho político entre intelectuais e massas; e o papel instigador e irresponsável dos intelectuais na radicalização da ação popular, em grande parte motivado pela posição de marginalidade desses intelectuais no Antigo Regime. Nas palavras do autor:

O contraste entre a brandura das teorias e a violência dos atos (...) não surpreenderá a quem se lembrar que esta revolução foi

preparada pelas classes mais civilizadas da nação e executada pelas classes mais incultas e rudes. (Tocqueville, 1997, p. 186)

A realidade resiste a se adequar aos sonhos revolucionários que cabem perfeitamente nos livros. Este é mais um traço do conservadorismo de Tocqueville: o olhar cético com relação às possibilidades de reconstrução social e o apelo à prudência. Os costumes estabelecidos não são apenas formas de preconceito ou instrumentos de opressão: sintetizam, também, formas consagradas de interação social, e não convém abandoná-los no atacado. Os intelectuais “(...) pensam todos que convém substituir regras simples e elementares extraídas da razão e da lei natural aos costumes complicados e tradicionais que regem a sociedade de seu tempo” (Tocqueville, 1997, p. 143). As passagens a seguir, apesar de longas, são bastante eloquentes como crítica da artificialidade das ideias e do papel dos intelectuais como propulsores da brutalidade da Revolução Francesa:

A própria condição destes escritores preparava-os para apreciar teorias gerais e abstratas em matéria de governo e nelas confiar cegamente. No afastamento quase infinito da prática em que viviam, nenhuma experiência moderava suas paixões instintivas; nada lhes anunciava os obstáculos que os fatos concretos podiam erguer contra as reformas mais desejáveis. Não tinham a menor ideia dos perigos que sempre acompanham as revoluções mais necessárias. Nem chegavam a prever esses obstáculos, pois a total ausência de liberdade política fez com que ignorassem o mundo dos negócios (...). Tornaram-se mais ousados em suas novidades, mais apaixonados por ideias gerais e sistemas, mais contendores da sabedoria antiga e mais confiantes ainda em sua razão individual que os autores de livros sobre a política”. (Tocqueville, 1997, p. 144) Quando estudamos a história da nossa revolução, vemos que foi conduzida precisamente no espírito que levou a escrever tantos livros abstratos sobre o governo: a mesma atração por teorias gerais, sistemas completos de legislação e um simetria exata das leis; o mesmo gosto do original, do engenhoso e do novo nas instituições; a mesma vontade de refazer a constituição inteira em acordo com as regras da lógica e um plano único em vez de tentar emendá-la parcialmente. Espetáculo assustador! Pois o que é uma qualidade no escritor pode ser um vício no estadista e as mesmas coisas que fizeram belos livros podem levar a transformações inesperadas. (Tocqueville, 1997, p. 147-8)

Que fique claro: Tocqueville não é um defensor do Antigo Regime: ainda que destaque os problemas da Revolução, não faz da velha monarquia o seu regime

preferido. Tocqueville é, acima de tudo, um liberal: defende o Estado de direito, a moderação nas reformas, as liberdades individuais, a propriedade privada, tudo isso aliado a um certo toque aristocrático que sempre o acompanhou. Tocqueville parece incomodado com todas as realidades presentes em sua obra: não é monarquista para defender o Antigo Regime e suas desigualdades; não é um jacobino para defender a Revolução Francesa e suas atrocidades; não é um democrata popular a ponto de defender o modelo americano. Mesmo se observarmos sua carreira política, há sempre algo que desloca Tocqueville de qualquer alinhamento automático com um grupo político. Talvez um compromisso entre certas características aristocráticas do passado e as mudanças democráticas, desde que se preserve liberdades individuais, ou seja, algo como o que foi construído na Inglaterra, uma de suas referências políticas. Talvez venha daí sua originalidade e o vigor intelectual que sobreviveu à passagem dos anos.

Em *A democracia na América*, o problema dos excessos e dos riscos continua, não da maneira francesa, mas dentro da processualidade lenta da democracia e sua dinâmica popular. O risco não é o uso da guilhotina, mas sim o peso crescente da opinião pública e o respaldo à força estatal. Vejamos suas restrições ao modelo norte-americano:

As democracias são naturalmente levadas a concentrar toda a força social nas mãos do corpo legislativo. Como este é o poder que mais diretamente emana do povo, também é este que mais participa do seu poder total. (...) Essa concentração dos poderes, ao mesmo tempo que singularmente prejudica o bom andamento das questões, funda o despotismo da maioria. (Tocqueville, 2010, p. 128)

A *tiranía da maioria*, seu conceito mais popular, constrói-se na institucionalidade democrática, progressivamente. Não há corte com o passado, mas o risco permanente de gestação de métodos autoritários. O diferencial dos Estados Unidos é a ampla teia de associações que inibe o desrespeito às leis.

A onipotência da maioria parece-me um perigo tão grande para as repúblicas americanas que os meios perigosos de que o povo se serve para limitá-los ainda me parecem um bem. (...) não existe país onde as associações sejam mais necessárias para impedir o

despotismo dos partidos ou o arbítrio dos príncipes do que aquele onde o estado social é democrático. (...) Nos países onde semelhantes associações não existem, se os particulares não podem criar artificialmente e momentaneamente, alguma coisa que se lhes assemelhe, não percebo mais dique a nenhuma sorte da tirania. E um grande povo pode ser oprimido impunemente por homem de facções ou por um homem. (Tocqueville, 2010, p. 151)

Esses “diques” formam o sistema de pesos e contrapesos que equilibram o uso do poder. Entre eles está a imprensa, “instrumento democrático por excelência da liberdade” (Tocqueville, 2010, p. 475). Percebe-se a proximidade de Tocqueville com a problemática liberal da quebra do poder monolítico, já presente em Montesquieu. São esses diques que faltaram à Revolução Francesa:

Na Europa, quase não existem associações que não pretendam ou não julguem representar a vontade da maioria. Essa pretensão ou essa crença aumenta prodigiosamente a sua força e serve maravilhosamente para legitimar os seus atos, pois que há de mais desculpável que a violência, para fazer triunfar a causa oprimida do direito? (Tocqueville, 2010, p. 153)

Mas o olhar vigilante de um liberal para o potencial autoritário da democracia deve-se manter alerta o tempo todo. Não há situação imutável: os contextos políticos se sucedem e certas tendências, frágeis em um dado contexto, podem se fortalecer de modo quase imperceptível, por baixo da letra da institucionalidade. Estas tendências perigosas ao olhar tocquevilliano são *inatas* à dinâmica política cujo protagonista é o povo. O funcionamento interno das associações, com estruturas hierárquicas e desigualdades de prestígio e *status* favorece a formação de uma mentalidade autoritária. Não fosse pelos contrapesos, a democracia estaria seriamente ameaçada.

Os membros dessas associações respondem a uma palavra de ordem, como soldados em campanha; professam o dogma da obediência passiva, ou antes, unindo-se, fizeram, de um só golpe, o inteiro sacrifício do seu juízo e do seu livre arbítrio: ademais, reina muitas vezes no seio dessas associações uma tirania mais insuportável do que a que se exerce na sociedade em nome do governo que as ataca. (Tocqueville, 2010, p. 153)

A política de massas, traço característico da modernidade aberta simbolicamente pela Revolução Francesa, insere um elemento de *cegueira* e de *ressentimento* num campo antes restrito às elites. Tocqueville não vê com bons olhos a participação popular: não têm tempo nem condições para a reflexão necessária para exercer uma política consciente; tendem a ser tutelados por demagogos e oportunistas; o *irracional*, o *efêmero* e o *impensado* caracteriza sua prática política. Não é porque estão em maior número que estão certos. Tocqueville não partilha, portanto, de certos ideais democráticos.

(...) o que lhes falta sempre, de certa forma, é a arte de julgar os meios embora desejando sinceramente o fim. Que longo estudo, que noções diversas são necessárias para se ter uma ideia exata do caráter de um só homem! Os maiores gênios falham, neste ponto, e justamente a multidão teria êxito! O povo jamais encontra o tempo e os meios de se entregar a esse trabalho. É sempre necessário que julgue às pressas e se prenda ao mais saliente dentre os objetivos. Daí vem que os charlatães de todos os gêneros sabem tão bem os segredos de agradá-los enquanto que, as mais das vezes, os seus verdadeiros amigos, não o conseguem. (Tocqueville, 2010, p. 153); Não convém dissimular que as instituições democráticas desenvolvem, num grau muito elevado, o sentimento de inveja no coração humano. (Tocqueville, 2010, p. 153); O povo sente muito mais do que raciocina (Tocqueville, 2010, p. 171); O império moral da maioria funda-se em parte sobre a ideia de que há mais conhecimentos e mais sabedoria em muitos homens reunidos do que num só (Tocqueville, 2010, p. 186)

Como se não bastassem essas carências, o povo serve de alicerce para formas de despotismo: oferece legitimidade ao rompimento do quadro legal. E mais: ajuda a dar vigor ao “fantasma da opinião pública” (Tocqueville, 2010, p. 439), ou seja, constrange politicamente seus adversários. São um “rebanho de animais tímidos e diligentes” (Tocqueville, 2010, p. 472)

Nada existe que seja tão irresistível quanto um poder tirânico que mande em nome do povo, pois se acha investido do poder moral que pertence às vontades do maior número e age ao mesmo tempo com a decisão, a prontidão e a tenacidade que um só homem teria. (Tocqueville, 2010, p. 170) A massa não precisa empregar as leis para dominar aqueles que não pensam como ela. Basta-lhes desaprová-los. O sentimento do seu isolamento e da

sua impotência os vence logo e os desespera. (Tocqueville, 2010, p. 439)

Por agir impulsivamente, o mais comum é que o povo se retraia após um breve período de ação. Não sustentam a sua ação por longos períodos e tendem a delegar o poder a elites políticas que agem em seu nome, mas não necessariamente de acordo com os interesses sociais maiores. Esse desinteresse e a atuação cíclica reforça o risco de ruptura com a institucionalidade, em partes por conta da própria dinâmica da vida sob uma democracia: a dispersão é uma tendência inerente a esta formatação política, que se faz presente também nas artes: a vulgaridade e insignificância são marcas da democracia (Tocqueville, 2010, p. 319, 324).

(...) somente com esforço esses homens se afastam dos seus afazeres particulares para cuidar dos assuntos comuns; a sua tendência natural é abandonar esse cuidado exclusivamente ao representante visível e permanente dos interesses coletivos, que é o Estado. Não só não possui o gosto natural de se ocupar com o público, mas muitas vezes não tem tempo para fazê-lo. A vida privada é tão ativa nos tempos democráticos, tão agitada, tão cheia de desejos, de trabalhos, que quase não resta mais energia nem vagar a cada homem para a vida política. (Tocqueville, 2010, p. 458)

Violento, vulgar, oscilante, irracional, impulsivo, preguiçoso, ressentido. Estes são os atributos do “povo” segundo Tocqueville. Claramente, é possível enquadrar o autor na tradição conservadora. E o mais importante: estas características parecem imutáveis. As tentativas de equalização social esbarrariam, no limite, nas desigualdades inatas entre os seres humanos. A desigualdade de inteligências é um obstáculo intransponível para os projetos de revolução social. A citação abaixo demonstra a presença deste argumento em Tocqueville. Mesmo com a menção a Deus, a leitura de conjunto das obras não indica que o viés religioso – que poderia indicar reacionarismo – não domina o modo de raciocínio do autor, permanecendo como uma referência acessória.

Um povo pode fazer esforços, mas não chegará a tornar as condições perfeitamente iguais no seu seio; e, se teve a má sorte de chegar a esse nivelamento absoluto e completo, restaria ainda a

desigualdade das inteligências, que, vinda diretamente de Deus, sempre escaparia às leis. (Tocqueville, 2010, p. 369)

Por fim, uma ressalva: por mais que Tocqueville atribua estas características negativas às massas, é capaz de defender a legitimidade da rebelião em determinados contextos. Trata-se de uma passagem isolada, mas digna de menção. Um “remédio tão perigoso” é defensável em situações de tiranias extremas. *Quando* isso seria legítimo fica a cargo da imaginação dos leitores: apenas a situação concreta poderia nos iluminar sobre a legitimidade do uso da violência na luta política.

Acredito na existência de resistências honestas e rebeliões legítimas. Não afirmo, pois, de maneira absoluta, que os homens dos tempos democráticos jamais devem fazer revoluções; penso, porém, que têm razões para hesitar mais que todos os outros, antes de intentá-las, e que mais vale sofrer muitos incômodos do estado presente que recorrer a remédio tão perigoso. (Tocqueville, 2010, p. 477)

Algumas interrogações: seriam estes atributos do povo na política algo permanente? Será que a empiria acessada por Tocqueville é suficiente para eternizar estas características? Ou estes atributos apenas ocorreram naquela situação específica da Revolução Francesa? A obra de Tocqueville indica que ele vê estes atributos como permanentes, o que dará margem e respaldo para certas críticas de Hirschman.

c) Hirschman e a retórica da reação

Gostaríamos de inserir um breve comentário sobre o livro de Hirschman, *The rethoric of reaction*, pois Tocqueville é mencionado em certas passagens e a proposta da obra é de dissecar o pensamento conservador em toda sua trajetória, atingindo, de forma indireta, o nosso objeto de estudo.

Por mais que haja diferenças de superfície, a argumentação da “reação” (traduzido livremente para a edição brasileira como “intransigência”) recairia em três posicionamentos irredutíveis, que constituem a estrutura do discurso de todos os autores. São eles: a tese da perversidade, da futilidade e da ameaça:

De acordo com a tese da *perversidade*, qualquer ação propositiva para melhorar a ordem política, social ou econômica apenas serve para exacerbar a condição que gostariam de remediar. A tese da *futilidade* afirma que tentativas de transformação social são vãs, que elas irão simplesmente falhar em seu intento. Finalmente, a tese da *ameaça* argumenta que o custo para a mudança ou reforma proposta é muito alto e coloca em risco preciosas conquistas já estabelecidas. (Hirschman, 1991, p. 7)

Segundo Hirschman, as três teses seriam uma espécie de porto seguro dos conservadores, que se sobreporiam à complexidade do real e da observação empírica mais cuidadoso. Ou seja, recaem no esquematismo, nas respostas prontas e convenientes, como se oferecessem aos seus defensores um certo “senso de superioridade”, por conhecerem previamente o resultado – sempre negativo – das tentativas políticas de transformação (Hirschman, 1991, p. 36).

Esse vício de argumentação também existiria entre os “progressistas”, mas não na mesma frequência, e não com os mesmos efeitos. O conservadorismo, partindo destas três teses, paralisaria quaisquer tentativas de aprimoramento da ordem social. Hirschman difere, portanto, da visão de Oakeshott: o conservadorismo não é visto como uma “disposição”, flexível de acordo com os momentos históricos, mas sim como um mal-ajambrado esquema discursivo pré-estabelecido. Neste sentido, dentre as três teses, a *futilidade* seria a mais prejudicial, “proclamado levianamente”. Além disso, o argumento da futilidade acaba se tornando contraditoriamente militante (Hirschman, 1991, p. 75-79).

É justamente a esta tese que Hirschman associa Tocqueville. Ao minimizar a importância da Revolução Francesa, o pensador francês seria o autêntico “fundador” do argumento da futilidade (Hirschman, 1991, p. 48).

Com a análise de Tocqueville, as lutas titânicas e as convulsões imensas da Revolução tornam-se murchas, intrigantes e um tanto ridículas olhando em retrospecto, o que nos leva a perguntar o porquê de tanto barulho (Hirschman, 1991, p. 48).

Um primeiro reparo a Hirschman seria o fato de não definir o que chama de “reação” de modo rigoroso (prejudicado ainda mais na tradução brasileira por

“intransigência”). Deste modo, conservadores e reacionários dos mais diferentes matizes, dos moderados aos extremistas, todos se enquadram sob o termo “reação”. Isso prejudica a tese central do livro, já que teria que rever as teses e sua aplicabilidade tanto para conservadores quanto para reacionários.

Um segundo reparo é a existência de contradições entre os três princípios conservadores apresentados por Hirschman. As teses são auto-excludentes: ou há *futilidade*, ou *perversidade* e *ameaça*. Este problema foi notado por Coutinho, no livro *As ideias conservadoras*:

(...) se o conservador, como ele sustenta, entende as mudanças como irremediavelmente fúteis pela incapacidade (e superficialidade) de alterar o que um marxista designaria como a ‘superestrutura’ de uma sociedade, não se entende por que motivo essas mudanças serão igualmente ‘perversas’ ou ‘ameaçadoras’. A mudança pode ser ‘fútil’ ou, em alternativa, ‘perversa’ e ‘ameaçadora’: a primeira anula as segundas, ou vice-versa” (Coutinho, 2014, p. 112).

Um terceiro reparo diz respeito a Tocqueville. Hirschman tem como mérito a crítica ao esquematismo e um apelo à análise da realidade concreta, ou seja, uma investigação empírica de maior volume e uma interpretação menos enviesada do andamento dos processos de transformação. A acusação de que os conservadores reagem cegamente a mudanças seguindo padrões teóricos pré-definidos, apesar de ser aplicável também aos progressistas, é um aviso saudável para a qualidade da investigação. Mas é difícil imputar esta tese a Tocqueville: o autor se esmera em apresentar críticas tanto ao Antigo Regime quanto aos excessos da Revolução; defende a moderação das transformações e inveja o modo inglês de democracia, não a paralisia. Aron descreve bem este caráter moderado de Tocqueville:

Tocqueville teria preferido, precisamente, não que o movimento democrático fosse derrotado pelas instituições da antiga França (o movimento era irresistível), mas que estas instituições fossem conservadas na medida do possível, sob a forma da monarquia, sob a forma também do espírito aristocrático, a fim de que dessem uma contribuição para a salvaguarda das liberdades numa sociedade dedicada à procura do bem-estar e condenada à revolução social (Aron, 2000, p. 223).

Em suma, não se trata de um reacionário, mas de um conservador moderado. Por mais que seus textos ganhem uma coloração reticente quando se trata do papel político das massas, a contribuição de Tocqueville para a ciência política seria muito menor se ele, de fato, recaísse na tese da futilidade. Não é o que vemos em *O Antigo Regime e a revolução* e em *A democracia na América*. A análise “esquiva”, tal como fala Elster, ocorre justamente por Tocqueville navegar com certa independência e honestidade no reconhecimento das diferentes correntes políticas e tendências em confronto no fluxo da História.

4. Conclusões e hipóteses

A título de recapitulação, vamos elencar as principais conclusões até aqui esparsas:

- 1) Para dizer o mínimo, é difícil encontrar uma “metodologia” em Tocqueville. Comentadores clássicos divergem sobre este assunto. Aron e Barbu se aproximam ao afirmarem que há um alto grau de inovação em Tocqueville: seus textos são de difícil categorização de acordo com a especialização do século XX. Ciência Política? Sociologia Política? Filosofia Política? História? Eis mais um indício da originalidade do autor francês.
- 2) Gusmão, mesmo que não se debruce com maior atenção a Tocqueville, apresenta passagens interessantes sobre o autor. Nestas passagens, a ideia central de Gusmão é que não há propriamente um “método” em Tocqueville: “o melhor método é ser muito inteligente”, como lembra TS Eliott (Gusmão, 2011, p. 94).
- 3) Jon Elster é, entre os três autores considerados no presente artigo, o único que busca estruturas mais sólidas de análise, às vezes exagerando no desvelamento desta: o autor se esforça em encontrar um mapa conceitual rigidamente organizado e hierarquizado em Tocqueville, fato que diverge das conclusões da investigação presente.
- 4) Através de nossa leitura, temos maior concordância com Aron e Barbu: há um padrão em Tocqueville. A exposição é semelhante em ambos os livros utilizados; o modo de trabalho também; as “paixões” norteiam o que se busca no oceano de informações empíricas. Torna-se demais especulativo

crer em um método mais estruturado: Tocqueville é guiado por algumas referências e interrogações, o que não chega a constituir-se propriamente num “método”, no sentido que a palavra toma no campo científico do século XX em diante.

- 5) Há indícios fortes de que Tocqueville seja simpático a uma vertente do conservadorismo moderado (fato pouco questionado pelos autores de nossa bibliografia). Partilha dos principais pilares do conservadorismo, tal como elencados por Muller: ceticismo quanto a mudanças, defesa da propriedade privada (“comércio”), crítica da política de massas, risco de resultados imprevistos, “tirania da maioria” (seu conceito primordial). Por vezes dá razão às críticas: eterniza características presentes nos contextos de maior turbulência.
- 6) É preciso distinguir conservadorismo de reacionarismo, o que Hirschman desconsidera. Isto afeta sua crítica a Tocqueville, já que esta nuance dificulta o uso de seus três elementos do discurso da “intransigência” (por vezes contraditórios).

Polêmicas à parte, a leitura de Tocqueville mostra-se rica e essencial para a formação em Ciência Política. A distância do tempo não anula a qualidade de suas análises e o acerto de certas previsões. O trecho abaixo, apesar de longo, explicita alguns dos impasses que a democracia enfrenta ainda nos dias de hoje:

As grandes riquezas desaparecem; o número das pequenas fortunas aumenta; os desejos e os prazeres se multiplicam; não há mais prosperidades extraordinárias nem misérias irremediáveis. A ambição é um sentimento universal, há poucas ambições vastas. Cada indivíduo é isolado e fraco; a sociedade é ágil, providente e forte; os particulares fazem pequenas coisas, o Estado, imensas. As almas não são enérgicas, mas os costumes são brandos e as legislações, humanas. Embora encontremos poucas grandes devoções, poucas virtudes elevadas, brilhantes e puras, os hábitos são ordenados, a violência é rara, a crueldade quase desconhecida. A existência dos homens se toma mais longa e sua propriedade mais segura. A vida não é muito ornada, mas cômoda e tranquila. Há poucos prazeres delicados e grosseiros, pouca polidez nas maneiras e pouca brutalidade nos gostos. Não se encontram homens muito sábios nem populações muito ignorantes. O gênio se toma mais raro e as luzes mais comuns. O espírito humano se desenvolve pelos pequenos esforços combinados de todos os

homens, e não pelo poderoso impulso de alguns. Há menos perfeição, porém mais fecundidade nas obras. Todos os vínculos de raça, de classe, de pátria se afrouxam; o grande vínculo da humanidade se estreita. Se, entre todas essas diversas características, procuro a que me parece mais geral e mais notável, consigo ver que o que se nota nas fortunas se representa sob mil outras formas. Quase todos os extremos se atenuam e se embotam; quase todos os pontos salientes se apagam para ceder lugar a algo médio, que é ao mesmo tempo menos elevado e menos baixo, menos brilhante e menos obscuro do que o que se via no mundo. Passeio meus olhares por essa multidão inumerável composta de seres semelhantes, em que nada se eleva nem se abaixa. O espetáculo dessa uniformidade universal me entristece e me gela, e sou tentado a lamentar a sociedade que não existe mais". (Tocqueville, 2010, p. 479-480)

Referências

- ARON, R. (2000). *As etapas do pensamento sociológico*. SP, Martins Fontes.
- COUTINHO, J. P.. (2014). *As ideias conservadoras*. SP, Três Estrelas.
- ELSTER, J. (2009). *Alexis de Tocqueville, the first social science*. NY, Cambridge University.
- GUSMÃO, L. de. (2012). *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. RJ, Topbooks.
- HIRSCH, P. (2014). *Dirty hands and clean models*. Extraído do site: <http://www.jstor.org/stable/657726>.
- HIRSCHMAN, A. (1991). *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Cambridge, Harvard University.
- HUNTINGTON, S. (.1957) "Conservatism as an ideology". *American Political Science Review*, Vol. 51, pp. 454-473.
- KURIAN, G. (2011). *Encyclopedia of Political Science*. Washington, CQ Press.
- MULLER, J. (1997). *Conservatism: an Anthology of Social and Political Thought*. New Jersey, Princeton University Press.
- OAKESHOTT, M. (2012). "On being conservative". Extraído do site: <http://www.geocities.com/Heartland/4887/conservative.html>.

OAKESHOTT, M. (1991). *Rationalism in Politics and Other Essays*. Indianapolis, Liberty Fund.

SKINNER, Q. (1996). "Prefácio". In: *As fundações do pensamento político moderno*. SP: Companhia das Letras.

TOCQUEVILLE, A. de. (1997). *O Antigo Regime e a revolução*. Brasília, UnB.

TOCQUEVILLE, A. de. (2010). *A democracia na América*. SP, Folha.

WEFFORT, F. (org). (2001). *Os clássicos da política*. SP, Ática.